

RAFAEL MANGANA

rafael.mangana@labcom.ubi.pt

UNIVERSIDADE DA BEIRA INTERIOR | LabCom.IFP, PORTUGAL

O ENQUADRAMENTO JORNALÍSTICO E A CONSTRUÇÃO DE IDENTIDADES: A EUROPA E OS REFUGIADOS

RESUMO

Portugal foi por tradição e ao longo de décadas um país eminentemente emigrante. Esta tendência tem-se, no entanto, vindo a alterar, com um aumento do número de indivíduos provenientes de outros países. Com o avançar do século XXI, a propensão para a deslocação de pessoas de outras nacionalidades para o nosso país – fruto também de uma cada vez maior abertura de fronteiras – tem-se vindo cada vez mais a verificar. Com o clima atual de insegurança, principalmente no Norte de África e Médio Oriente, potenciado pelo crescimento exponencial do terrorismo associado ao denominado Estado Islâmico, muitos milhares de pessoas viram-se forçados a fugir para a Europa. Ainda que em menor escala, Portugal não foi exceção e tem recebido alguns refugiados. Ora, este é um tema que se constitui, desde logo, como sendo de especial interesse jornalístico por parte dos média.

É neste contexto que tentaremos refletir e encontrar respostas a algumas questões, que giram em torno da forma como os média constroem, ou não, a realidade, enquadram ou recriam contextos, apresentando ideias associadas a preconceitos, numa realidade que poderá ser, eventualmente, estereotipada.

PALAVRAS-CHAVE

Framing; identidades; refugiados

INTRODUÇÃO

Por ser um fenómeno relativamente recente no nosso país, os jornalistas – tal como vários outros agentes sociais – poderão ter alguma dificuldade em lidar com “o outro”, com diferentes culturas, diferentes hábitos, diferentes maneiras de estar em sociedade, podendo cair, por vezes, em algumas ideias pré-concebidas, preconceitos que se foram enraizando ao longo do tempo, muitas vezes por desconhecimento.

De resto, a investigação jornalística no nosso país sobre fenómenos etnográficos tem privilegiado um estudo progressivo sobre o tratamento e cobertura que, nomeadamente, a imprensa escrita nos oferece sobre este fenómeno. Assim, faz sentido perguntar se não haverá lugar para um estudo acerca da cobertura que a imprensa portuguesa faz sobre fenómenos que envolvam refugiados. Deste modo, e antes de nos debruçarmos sobre qualquer *corpus* de análise em concreto, olharemos primeiramente para algumas teorias do âmbito das Ciências da Comunicação, essenciais à compreensão deste fenómeno.

Deste modo, autores como Alfred Schutz, Erving Goffman, Gaye Tuchman, Peter Berger, Thomas Luckmann, Walter Lippmann, Niklas Luhmann ou Stuart Hall, desenvolvendo conceitos como, “realidades múltiplas”, “enquadramento”, “*frame*”, “tipificação” ou “representações culturais”, apresentam-se como fundamentais à compreensão do fenómeno de *framing* no jornalismo.

Sendo esta uma temática de interesse crescente no âmbito do estudo em Ciências da Comunicação, esta reflexão não trará respostas para todas as questões levantadas ao longo de décadas. Antes, pretende deixar algumas pistas e um contributo para aclarar o fenómeno do enquadramento jornalístico.

O JORNALISMO E O PROCESSO DE CONSTRUÇÃO NOTICIOSA

Partindo do pressuposto de que, muitas vezes, os média enformam os acontecimentos sob os quais informam, Niklas Luhmann, tenta encontrar resposta à questão: “como se constrói a realidade do sistema chamado sociedade?”. Luhmann defende que os média “produzem e reproduzem” um conhecimento sobre o mundo (Luhmann, 2000, pp. 111-113). Como nos faz notar o autor:

as divergências de opinião que são transmitidas pelos *mass media* operam com um espectro de atribuição causal tão diverso, que com ele dão a impressão (no que concerne aos factos) de que se trata de um todo compacto e definitivo que não poderia jamais separar-se. (Luhmann, 2000, p. 113)

No entanto, os média tendem a reproduzir o contrário, ou seja, uma certa simplificação na atribuição dos factos, dos valores, das emoções. O autor acredita ainda que a realidade dos média tem em si um duplo sentido, isto é, a realidade que é visível a olho nu, aquela que se difunde, que

se lê ou que se capta; e aquilo que aparece como realidade, ou por outras palavras, aquilo que os outros tomam por realidade, porque o apreendem dos meios de comunicação.

Na representação que os média fazem da sociedade, Luhmann enfatiza as “rupturas sociais e temporais”, sendo que as primeiras são destacadas em detrimento da tranquilidade social e, por isso mesmo, a sociedade estimula-se para a inovação, produzindo problemas que impõem soluções, isto é, produzem temas de “valor positivo”, ou seja, passíveis de terem um valor informativo. Também aqui os meios de comunicação parecem determinar o modo como deve ser entendido o mundo e as perspetivas morais que devem organizar-se para obter a tal representação do mundo (Luhmann, 2000, p. 115).

O “ato de comunicar” está intimamente relacionado com uma parte selecionada da realidade (*frame*). A realidade dos média é tida como sendo a realidade da “observação de segunda ordem”, sendo que estes substituíram algumas áreas do conhecimento que observavam a realidade de um ponto de vista privilegiado, como os sacerdotes ou o Estado. O modelo será, então, esta observação de segunda ordem, ou seja, a sociedade permite que o sistema dos média a observe, dando-se uma observação da observação.

De resto, já Walter Lippmann se debruçara sobre a forma como os indivíduos constroem as representações sociais, bem como, a forma como essas mesmas representações sofrem a influência de fatores internos e externos. Lippman toma a imprensa como sendo um dos agentes modeladores do conhecimento, sublinhando a criação e utilização jornalísticas de estereótipos, enquanto formas simplificadas e distorcidas da realidade. É a Lippmann que ficamos a dever a primeira abordagem acerca da representação da realidade social através da imprensa. Em *Public opinion* (Lippmann, 1998, pp. 87-100), é sublinhado o papel importante que o indivíduo desempenha na construção dos estereótipos, que são “seletivos” e “parciais”, defendendo os seus interesses. A necessidade de o indivíduo proteger a sua ideia acerca da realidade, explica o caráter “fixo” dos estereótipos. Lippmann considera mesmo que quando um membro atua de forma antagónica relativamente a determinado estereótipo definido para o seu grupo, invariavelmente este membro é considerado uma exceção, mantendo-se o estereótipo intocável. Este só é passível de dúvida se o indivíduo possuir uma mentalidade flexível ou se uma determinada informação sobre o estereótipo for demasiado impressionante para ser descartada:

se a experiência contradiz o estereótipo, uma das duas coisas acontece. Se o indivíduo já não é moldável, ou se

por certos interesses relevantes se torna altamente inconveniente reorganizar os seus estereótipos, ele ignora a contradição, convencido de que se trata da exceção que confirma a regra, desacredita a evidência, encontra uma falha em algum lugar, e consegue esquecê-la. Mas se ele ainda está curioso e tiver abertura de espírito, a novidade é incorporada na imagem e modifica-se. Por vezes, se o incidente é marcante o suficiente, e se o indivíduo já experimentou um desconforto generalizado relativamente aos esquemas estabelecidos, ele pode ficar abalado ao ponto de desconfiar de todas as formas aceites de olhar a vida. (Lippmann, 1998, p. 100)

Neste contexto, as noções de “quadro simbólico” e de “tira” – desenvolvidas por Erving Goffman na teoria do enquadramento ou *frame* – surgem como essenciais à compreensão do trabalho de produção jornalística. Tal como uma câmara de filmar capta apenas um determinado ângulo (ou enquadramento), da mesma forma, as notícias apresentam-nos os acontecimentos noticiados mediante um determinado ponto de vista que, inevitavelmente para o jornalista, remete outras perspetivas possíveis para segundo plano¹ e atribui uma significação própria – susceptível até de se tornar ideológica – ao acontecimento.

Assim, os acontecimentos são tornados visíveis e organizados socialmente pelos média, por meio de esquemas de interpretação correspondentes a diversos enquadramentos ou quadros simbólicos, que delimitam o sentido socialmente atribuído por uma notícia a um evento.

O quadro simbólico das notícias organiza, desta forma, a realidade do quotidiano, fazendo parte da própria realidade, dado que, o teor público das notícias é uma das especificidades das próprias notícias. Dentro de um contexto jornalístico, os quadros simbólicos organizam “tiras” do mundo quotidiano. Este conceito de tira é definido por Goffman como sendo “uma fatia ou um corte arbitrários na corrente das atividades em curso” (Goffman, 1986, p. 10).

Os *frames* – quadros de experiência – definem premissas da ação e são, deste modo, representações mentais que “auxiliam o seu utilizador a localizar, perceber, identificar e classificar um número infinito de ocorrências aparentemente semelhantes” (Goffman, 1986, p. 21). Por outro lado, apresentam-se como tendo uma influência determinante na construção das identidades sociais. Como nos faz notar o autor: “todos os *frames* implicam

¹ Goffman toma o *frame* como sendo um foco principal de atenção. As atividades que ocorrem em simultâneo, fora do centro de atenção, são denominadas eventos “out of frame”, ou “fora do plano”.

expectativas de tipo normativo que mostram como o indivíduo está implicado de modo profundo e total na atividade organizada pelo próprio *frame*” (Goffman, 1986, p. 345).

Gaye Tuchman foi das autoras que mais se debruçou sob a ideia de *frame*. Delegando o conceito original para Goffman que, como já foi explicado, toma os *frames* como formas de organização da vida quotidiana visando a compreensão das situações sociais. Para dar resposta a estas situações sociais, a socióloga americana usa o referido conceito como sinónimo de ideia organizadora, utilizada na atribuição de sentido aos acontecimentos.

No seu desempenho rotineiro, o jornalista trabalha tendo em conta regras organizacionais que condicionam o campo de ação. Ao considerarmos que a consciência e o sentido de pertença a um grupo, neste caso profissional, se associam aos objetos da organização noticiosa, a produção de notícias considera-se construção social da realidade.

O seu enquadramento forma-se por sequências da vida quotidiana, *frames* selecionados de uma atividade contínua e permanente. Tuchman defende que as notícias não se limitam a refletir a realidade; constroem-na, agindo dialeticamente, isto é, ao mesmo tempo que expõem certas concepções da realidade, contribuem para alterar a perceção dessa mesma realidade (Tuchman, 2002, p. 102).

No que concerne à construção social da realidade, Peter Berger e Thomas Luckmann apresentam-se como autores incontornáveis. Na obra com o mesmo nome (*A construção social da realidade*), partindo de uma abordagem sociológica, analisam o conhecimento enquanto condutor da vida quotidiana, que definem como “uma realidade interpretada pelos homens e subjetivamente dotada de sentido para eles na medida em que forma um mundo coerente” (Berger & Luckmann, 1973, p. 35).

Assim, a vida quotidiana não é mais que o dia a dia do ser social, inserido na sociedade provida de regras e padrões de comportamento com base numa determinada cultura, sendo que é o respeito por estas regras e padrões que possibilita a vivência em sociedade. Os autores recorrem ao conceito de “realidades múltiplas” de Schutz e incidem o seu estudo sobre a vida quotidiana, apresentando-a como sendo a realidade por excelência, à qual o indivíduo não pode fugir; antes, apreende os seus padrões automática e espontaneamente, numa “atitude natural”. Nas palavras dos autores: “a realidade da vida quotidiana aparece já objectivada” (Berger & Luckmann, 1973, p. 38).

A crença de que os média são responsáveis por uma realidade que é construída remete-nos, inevitavelmente, para a utilidade de analisarmos

culturalmente os seus conteúdos informativos. Para Michael Schudson, as notícias são produzidas por “pessoas que operam, inconscientemente, num sistema cultural, um reservatório de significados culturais armazenados e de padrões de discurso” (Schudson, 1995, p. 14). O sociólogo norte-americano acrescenta mesmo que “as notícias tomadas como forma de cultura incorporam conjecturas acerca do que interessa, acerca do que faz sentido, em que tempo e em que lugar vivemos, qual a amplitude de considerações que devemos levar a sério” (Schudson, 1995, p. 14).

Schudson considera essencial a observação das realidades sociais inerentes à produção noticiosa, onde intervêm as fontes de informação, jornalistas e editores, bem como, o próprio espírito de concorrência dentro da profissão, o mercado e as tradições culturais mediante as quais se fazem as opções de escrever esta ou aquela notícia, de dar destaque a este ou àquele acontecimento.

Neste contexto surge-nos a ideia de “representação” de Stuart Hall (1997), tomada como sendo a produção de um significado ou conceito, presentes na nossa mente através da linguagem. Para o autor, na “representação” intervêm dois tipos de processos: o primeiro associado aos sistemas de interdependência a um conjunto de representações mentais que o indivíduo possui; o segundo relaciona-se com a linguagem que permite a existência de um mapa de conceitos partilhados, através dos quais podemos representar e permutar conceitos ou significados. Ora, Hall sugere a conceção de um processo mental e de tradução para o sistema em que cada um de nós foi ensinado a referir-se ao mundo, às pessoas e aos eventos, tratando-se, no fundo, da construção de signos.

Estes signos representam ou significam os conceitos e as relações entre eles que transportamos, e que compõem os sistemas de significação, que resultam da nossa cultura. Esta correlação entre objeto, conceito e signo é arbitrária, porquanto corresponde a uma determinada construção social aceite e reconhecida como tal. É o indivíduo que determina o significado a atribuir às coisas, de tal forma, que este parece natural ou inevitável, o que faz de nós sujeitos culturais, desde a infância. Ou seja, tal conhecimento não está inscrito na nossa genética, antes é o que possibilita a nossa convivência em sociedade, no nosso meio cultural e dotados das mesmas capacidades de expressão e comunicação. Daí que possamos concluir que o significado não é inerente às coisas, mas é construído, é produzido, sendo o resultado de uma prática de significações, que faz com que as coisas tomem significado (Hall, 1997, pp. 15-24).

Stuart Hall fala-nos ainda da existência de três abordagens que determinam como funcionam as representações sociais. Para a abordagem

reflexiva, o significado está no objeto, pessoa ou evento do mundo real, sendo que a linguagem funciona como um espelho que reflete o verdadeiro significado, que já existe no mundo. A segunda, a abordagem intencional, defende que é o autor que impõe ao mundo, através da linguagem, o seu significado único. Para Hall, esta abordagem é algo problemática, já que “não podemos ser exclusivamente a única fonte de significados de uma linguagem, uma vez que isto significaria que nos poderíamos expressar em linguagens inteiramente particulares” (Hall, 1997, p. 25). Por último, surge a abordagem construcionista, onde a linguagem é tomada como um produto social onde os significados são construídos através dos sistemas de representação. É esta terceira conceção que se encaixa melhor na perceção de representação para o autor. Nas palavras de Hall:

na perspetiva construcionista, a representação envolve a produção de significação forjando elos entre três diferentes ordens de razão: o que podemos geralmente chamar de o mundo das coisas, pessoas, eventos e experiências; o mundo conceptual – os conceitos mentais que transportamos na nossa mente; e os signos, organizados nas linguagens, que “significam” ou comunicam estes conceitos. (Hall, 1997, p. 61)

Stuart Hall faz a distinção entre o mundo material, onde as pessoas e as coisas existem, e as práticas de simbolização e os processos mediante os quais operam a representação, o significado e a língua. Para o autor, o mundo material não transmite significados, mas antes, o sistema linguístico – ou qualquer outra forma de representação dos conceitos – é que realiza essa tarefa. O significado só acontece tendo em conta convenções relacionadas com a linguagem que, por sua vez, funciona como sistema de codificação do mundo, aceite e reconhecido por cada cultura, segundo as suas especificidades. Ou seja, o significado é produzido pelo trabalho da representação (Hall, 1997, pp. 25-28).

CONCLUSÃO

Nos nossos dias, podemos afirmar que o jornalismo se afigura como agente social que tem vindo a desempenhar um papel importante, onde as notícias são produzidas de acordo com uma ordem social e com aquilo que está socialmente convencionado. Os média tendem, deste modo, a dar uma referência provida de sentido para leitores e espectadores, como que se de coordenadas referenciais se tratasse.

Assim, as notícias são, cada vez mais, um meio relevante através das quais encontramos sentido cultural e social para aquilo que nos é apresentado enquanto acontecimento. Com efeito, os enquadramentos noticiosos são formas simplificadas da realidade que ajudam o recetor da mensagem a atribuir um significado inteligível a essa mesma realidade, mediante quadros de referência tipificados que os jornalistas constroem, desde logo, para a compreenderem e a tornarem compreensível.

Por outro lado, e na tentativa desta simplificação, os jornalistas incorrem, muitas vezes, no perigo de se focarem em determinados ângulos, coincidentes com crenças e expectativas comuns, no âmbito de uma estrutura padronizada de relevância social. Tal procedimento pode gerar alguns fenómenos de distorção dos acontecimentos, recaindo – jornalistas e leitores – em generalizações estereotipadas.

Também por isso, este fenómeno de construção da realidade por parte dos média suscitou, ao longo de décadas, o interesse na sua sistematização e estudo académicos. De resto, mantém-se uma temática complexa e em constante atualização, mantendo-se assim, como tema de especial interesse no contexto da academia.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- Berger, P. & Luckmann, T. (1973). *A construção social da realidade*. Rio de Janeiro, Petrópolis: Vozes.
- Goffman, E. (1986). *Frame analysis: an essay on the organization of experience*. Cambridge: Harvard University Press.
- Hall, S. (Ed.) (1997). *Representation: cultural representation and signifying practices*. Londres: Open University.
- Lippmann, W. (1998). *Public opinion*. New Brunswick: Transaction.
- Luhmann, N. (2000). *La realidad de los medios de masas*. Barcelona: Anthropos.
- Schudson, M. (1995). *The power of news*. Cambridge: Harvard University Press.
- Tuchman, G. (2002). As notícias como uma realidade construída. In J. P. Esteves (Ed.), *Comunicação e Sociedade – Os efeitos dos meios de comunicação de massa* (pp. 91-104). Lisboa: Livros Horizonte.

Citação:

Mangana, R. (2018). O enquadramento jornalístico e a construção de identidades: a Europa e os refugiados. In M. Oliveira & S. L. Évora (Eds.), *Livro de atas do XII Congresso da Lusocom – Cibercultura, regulação mediática e cooperação* (pp. 38-45). Braga: CECS.